



Reformas Econômicas, Mudanças Institucionais e Crescimento na América Latina*

ANDREA CAMARA BANDEIRA**

RESUMO Este texto analisa os efeitos das reformas econômicas adotadas pelos países da América Latina desde a segunda metade dos anos 80. De forma a empreender tal investigação, partiu-se de uma base teórica de modelos neoclássicos de crescimento. Esse arcabouço conceitual foi complementado com elementos de modelos que incluem variáveis de natureza institucional no rol dos determinantes do produto *per capita*. A análise econométrica desenvolvida com base em um painel de 17 países latino-americanos, no período 1970/95, revelou que as cinco áreas de reforma consideradas – abertura comercial, liberalização da conta de capital, privatização e reformas financeira e tributária – tiveram impactos significativos sobre o crescimento econômico. Além disso, a investigação empírica indicou ter sido o efeito positivo sobre a produtividade do capital físico o principal canal pelo qual as reformas promoveram o crescimento dessas economias. Há evidências de que o efeito sobre a acumulação de capital também se constituiu em um canal importante.

ABSTRACT This paper analyzes the effects of the economic reforms implemented by Latin American countries after the second half of the 80s. The study was built upon the theoretical basis of the neoclassical growth models. The institutional aspect of the reforms allowed this conceptual framework to be supplemented by elements from models that include institutional-nature variables in the list of per capita income determinants. Econometric analysis based on a panel comprised of 17 Latin American countries, between 1970 and 1995, has shown that the five reform areas analyzed – trade opening, capital account liberalization, privatization, and financial as well as tax reforms – had a positive impact on the economic growth. Moreover, empirical investigation demonstrated that the positive effect on the physical-capital productivity was the main channel through which the reforms fostered growth in such economies. There is also evidence that the effect on capital accumulation played an important role.

* Este artigo é uma síntese da dissertação de mestrado da autora apresentada à FGV-SP e que obteve o 2º lugar no 24º Prêmio BNDES de Economia.

** Doutoranda em Economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da FEA/USP.

1. Introdução

A evolução econômica da América Latina ao longo do século 20 pode ser vista como uma sucessão de períodos de expansão e de crise, ao mesmo tempo em que revela profundas transformações na estrutura econômica dos países da região. Se no início do século a exportação de produtos básicos norteava o crescimento, o panorama mudou consideravelmente a partir dos anos 30. Como resposta aos choques externos das décadas de 20 e 30, a maior parte das economias latino-americanas empreendeu uma mudança de rumo crucial. Um conjunto importante de países iniciou e consolidou um processo de industrialização, baseado na substituição de importações, no desenvolvimento do mercado interno e na forte presença do Estado na economia. Este, além de participar como empreendedor, promoveu a regulamentação de diversas esferas econômicas, como o mercado financeiro e o comércio exterior, com o intuito de promover o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico. Iniciado ainda nos anos 30, esse processo de industrialização consolidou-se nos anos 40 e 50 nos países maiores. Em um conjunto de economias menores, esse processo só seria consolidado nos anos 60 e 70.

Os anos subsequentes à Segunda Grande Guerra marcaram o início do mais longo período de desenvolvimento da região, caracterizado pela industrialização e pelo vigoroso crescimento econômico de praticamente todos os países latino-americanos. Entre 1960 e 1970, a taxa de crescimento média do produto da maior parte das economias era superior a 5% ao ano, desempenho que se relacionava, em grande medida, ao rápido desenvolvimento industrial e às condições externas favoráveis. Os choques da segunda metade dos anos 70 e início dos 80 encerram essa fase, com uma recessão generalizada a partir de 1982.

Em meio às dificuldades dos anos 80, uma nova mudança de rumo passou a se delinear. Tendo se concentrado inicialmente em um número reduzido de países, medidas de caráter reformista começaram a ser adotadas em certas áreas, principalmente na esfera do comércio exterior. No final da década de 80 e início da de 90, consolidou-se o consenso em torno das chamadas reformas estruturais ou econômicas. De maneira a recuperar a trajetória de crescimento, os diversos países da região deveriam desregulamentar suas economias e promover a saída do Estado da esfera econômica. A estrutura baseada no controle e na forte regulamentação estatal não parecia capaz de promover a recuperação necessária e garantir o crescimento sustentado e os

ganhos de eficiência requeridos. As economias deveriam ser, portanto, reformadas, de maneira a alcançar esses objetivos.

A base de tal mudança era a crença de que o livre funcionamento dos mercados geraria melhores resultados em termos de crescimento e bem-estar. A natureza das reformas e a sua abrangência seguiram essa premissa, tendo sido as mudanças, inicialmente, concentradas em sete áreas: abertura comercial, reforma do mercado financeiro, liberalização da conta de capital do balanço de pagamentos, privatização de empresas públicas, reforma tributária, reforma dos sistemas de previdência e reforma da legislação trabalhista. As cinco primeiras, devido à sua evolução e abrangência, formaram a chamada primeira geração de reformas. É certo que a adoção e a evolução das medidas em cada uma dessas áreas foi bastante distinta entre os diversos países latino-americanos, mas em 1995 todas as economias da região, com exceção de Cuba, já tinham implementado ações em pelo menos uma delas.

Dentre os principais objetivos dessas reformas, iniciadas nos anos 80, estava a recuperação das taxas de crescimento econômico. Avaliar a efetividade e a intensidade dessa suposta relação motivou a maior parte dos estudos acadêmicos sobre as reformas latino-americanas e o esforço de sistematização das medidas de cada área. Uma análise preliminar do desempenho dessas economias no período de reforma revela que as taxas médias de crescimento, a partir de fins da década de 80 e primeira metade da de 90, foram superiores às registradas nos anos 80, mas ainda inferiores às do período 1950/80, em que prevalecia o “antigo” modelo de desenvolvimento.

A preocupação deste texto é investigar o efeito geral das reformas e os canais e mecanismos pelos quais essas medidas afetaram o crescimento das economias latino-americanas – incentivo à acumulação de fatores, aumento da produtividade total de fatores, ou, ainda, incremento da produtividade específica a algum fator produtivo. A investigação não se restringe, portanto, à avaliação do efeito direto das reformas sobre o crescimento, preocupação central da maior parte dos artigos e estudos sobre o tema.

2. Abordagens Metodológicas

Dois conjuntos recentes de trabalhos avaliam os efeitos das reformas sobre o crescimento econômico. O primeiro analisa as economias no seu agregado. Essa abordagem parte de relações macroeconômicas e utiliza dados de contas nacionais. Nessa linha, destacam-se os trabalhos de Easterly, Loayza

e Montiel (1996), Lora e Barrera (1997), Fernández-Arias e Montiel (1997) e Fajnzylber e Lederman (1999). O outro grupo de estudos concentra-se nas experiências individuais dos países e no comportamento microeconômico das firmas. O empenho mais relevante dentro dessa abordagem é o projeto de pesquisa intitulado *Crescimento, emprego e equidade: América Latina nos anos 1990*, empreendido pela Cepal e que, a partir de meados da década de 90 até hoje, reúne um conjunto de estudos relacionados ao tema.

Em relação à abordagem macroeconômica, foi possível fazer uma nova classificação. Com base em Temple (1999), foram identificados dois ramos principais de pesquisa empírica na área de crescimento econômico segundo a metodologia adotada: um tem como base exercícios de contabilidade de crescimento e o outro empreende a investigação empírica com base em modelos de regressão. Essa mesma classificação pode ser aplicada aos estudos cujo interesse é o crescimento das economias latino-americanas e, de forma mais específica, àqueles que analisam o impacto das reformas sobre o desempenho econômico da região: os textos de Easterly, Loayza e Montiel (1996), Lora e Barrera (1997) e Fernández-Arias e Montiel (1997) empregam modelos de regressão, enquanto o de Fajnzylber e Lederman (1999) utiliza a análise de contabilidade de crescimento.

A análise macroeconômica com base em modelos de regressão forneceu substratos importantes para a investigação. Ainda que as especificações das regressões utilizadas nos artigos não sejam derivadas diretamente de modelos teóricos, assim como a inclusão das variáveis de reforma, as conclusões acerca do efeito positivo das reformas sobre a taxa de crescimento *per capita* dos países latino-americanos servem como motivação para uma investigação mais detalhada. Entretanto, uma base teórica sólida e uma análise empírica formal parecem ser fundamentais e indispensáveis para se averiguar, com mais segurança, o impacto das reformas. Isso por vários motivos. Em primeiro lugar, a análise baseada em modelos teóricos é passível de comparações com outras abordagens teóricas, notadamente com o padrão estabelecido na área de crescimento econômico, como o modelo desenvolvido por Mankiw, Romer e Weil (1992) e Hall e Jones (1999), por exemplo. Depois, não só os aspectos teóricos podem ser comparados. Os resultados econométricos obtidos a partir de modelos empíricos formais, isto é, derivados de modelos teóricos, também podem ser comparados com os de outros trabalhos, como é o caso dos estudos de Campos e Nugent (1998) e Piedrahita (1998) sobre o crescimento econômico latino-americano.

A conjunção desses dois pontos, teórico e empírico, também permite avaliar o sentido econômico dos coeficientes estimados pelos modelos econométricos, inclusive daqueles associados às *dummies* de país. Além disso, a partir de uma base formal, pode-se especular acerca dos corolários teóricos dos resultados obtidos. Tem-se, por exemplo, a investigação a respeito dos efeitos das reformas sobre a distribuição de renda, empreendida por trabalhos recentes [ver Morley (2000) e Behrman, Birdsall e Székely (2000)], cuja origem esteve, de certa forma, associada às evidências da análise dos efeitos das reformas sobre crescimento. Por fim, uma formulação teórica torna possível elaborar e testar hipóteses alternativas quanto aos mecanismos pelos quais as reformas afetaram o desempenho da região. Esse ponto é de fundamental importância para esta análise, uma vez que torna possível uma melhor compreensão dos efeitos e da natureza das medidas implementadas.

3. Reformas Econômicas, Mudanças Institucionais e Crescimento

Em geral, a literatura sobre reformas na América Latina destaca apenas a natureza econômica das reformas. Neste trabalho, sustenta-se a idéia de que elas não só representam uma mudança econômica, mas também institucional. Assim como no caso do caráter econômico, o ponto de partida para a discussão do aspecto institucional é o modo de funcionamento das economias e o papel desempenhado pelo Estado. A base para essa análise é a aplicação da microeconomia ao campo do direito.¹ Ao mesmo tempo em que a estrutura de preços das economias era afetado pelos dois aspectos acima mencionados, a capacidade dos agentes econômicos de se apropriar dos seus direitos, importante aspecto institucional, foi igualmente condicionada pela estrutura econômica e pelo papel do Estado criados ao longo das décadas anteriores. Esses elementos acabaram por gerar o que se define como “apropriabilidade” imperfeita dos direitos.

Em cada uma das áreas e mercados em que o Estado interveio por meio de controles e regulamentação é possível identificar esses fatores. Um deles, comum a quase todas as áreas, foi o elevado grau de discricionariedade associado às políticas e decisões de governo. É claro que qualquer política pública apresenta um componente arbitrário, podendo estar relacionado à posição política ou ideológica dos governantes e formuladores. No caso dos países da América Latina, no período posterior a 1945, pode-se afirmar que esse componente teve um peso importante na forma de elaboração e con-

1 Duas grandes referências nessa área são Hirsch (1988) e Cooter e Ulen (1988).

dução de planos de estabilização e de ajuste, seja pela natureza do processo de industrialização, direcionado pelo Estado, seja como subproduto de desequilíbrios macroeconômicos surgidos no período. Ou seja, aspectos conjunturais e próprios da linha de desenvolvimento escolhida pela maioria dos países da região reforçaram o componente arbitrário inerente à formulação e implementação de políticas públicas.

Com isso, o horizonte e os resultados esperados pelos agentes econômicos foram muitas vezes afetados por mudanças de rumo inesperadas, resultantes de decisões arbitrárias de governo. Um exemplo disso é a política de comércio exterior, cuja estrutura tarifária acabou por favorecer determinados setores econômicos em detrimento de outros. Essa política acompanhou a sequência de desenvolvimento previsto pela industrialização substitutiva de importações. Com a evolução do processo, entretanto, as empresas já instaladas, e que usufruíam da reserva de mercado, acabaram por interferir na condução da política tarifária. Assim, a discricionariedade associada à política de comércio aumentou: diversos setores se organizaram de forma a garantir o mercado interno cativo por meio da manutenção da elevada proteção efetiva. Novos setores seguiam a mesma estratégia. O que se teve, portanto, foi uma proteção desigual, uma vez que o grupo melhor organizado e com maior capacidade de pressão acabava por garantir proteção também maior, seja por meio da elevação da tarifa de importação de um bem semelhante, seja por meio da redução da tarifa de importação de um insumo.

Esse quadro levou ao seguinte estado de coisas: as empresas que investiram considerando determinada estrutura tarifária tiveram seus ganhos alterados pelas mudanças da política, o que acabou por reduzir a capacidade de apropriação dos direitos privados. Vale ressaltar que, em alguns países, a discricionariedade da política esteve mais associada à fixação de barreiras não-tarifárias e à criação de regimes especiais de importação do que propriamente à determinação do nível de tarifas.

Tendo em vista o caráter institucional, foi possível incorporar as reformas à abordagem neoclássica de crescimento econômico, aos moldes do que é desenvolvido em Hall e Jones (1999), Jones (2000) e Garcia *et alii* (1999). Esse referencial permitiu a construção de um modelo teórico que incorpora variáveis institucionais à função de produção agregada. Com base nesse modelo, não apenas foram avaliados os efeitos das reformas sobre o crescimento e a acumulação de fatores, como também foi possível construir testes de hipóteses para identificar que fator de produção teve sua produtividade alterada com maior intensidade pelas reformas: o capital físico, o capital humano, ou ambos.

4. Os Efeitos das Reformas Econômicas no Crescimento Latino-Americano

A partir de um conjunto de especificações, foram investigados os impactos das reformas sobre a produtividade de fatores, a acumulação de capital e o crescimento econômico com base em um painel de 17 países latino-americanos² no período 1970/95. As variáveis referentes às reformas consistiram nos seis índices construídos por Morley, Machado e Pettinato (1999): um índice agregado e outros cinco relacionados a áreas específicas de reforma – abertura comercial, reforma financeira, liberalização da conta de capital do balanço de pagamentos, privatização e reforma tributária.³ Essa investigação empírica também forneceu subsídios para a discussão sobre os mecanismos pelos quais se processou esse efeito.

Os resultados do estudo permitem concluir que os efeitos das reformas sobre o produto *per capita* e a taxa de crescimento das economias foram, de fato, positivos, com base em um período de tempo maior (1970/95) que aquele considerado pelos estudos desenvolvidos até então (1985/95). Para esse resultado contribuíram as cinco áreas de reforma. Assim, parece haver evidências de que as reformas de fato reduziram as distorções de preços relativos (aspecto econômico) e incrementaram a apropriabilidade dos direitos, principalmente na forma de redução da discricionariedade (aspecto institucional).

Da literatura sobre o assunto, apenas Lora e Barrera (1997) se ocuparam em investigar os canais pelos quais as reformas afetaram o crescimento dos países da região. Os autores concluem que o principal elemento foi o efeito das reformas sobre a produtividade total de fatores, ainda que se tenha observado uma recuperação nas taxas de investimento. As especificações empregadas na presente investigação permitiram separar o efeito sobre a produtividade em total e parcial de fatores, o que constitui uma contribuição ao tema. Os resultados apontaram o capital físico como o fator que recebeu maiores ganhos de produtividade ao longo do processo de reformas. O caráter “capital-efetivo” das reformas se deveu, em grande medida, às privatizações, que tiveram um efeito claro sobre a produtividade do capital, ainda que não se possa descartar seu caráter “capital humano-efetivo”.

2 Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

3 O índice geral é simplesmente a média simples dos demais. Deve-se notar, ainda, que, para efeito de construção desses índices, os autores consideraram apenas variáveis de política sob controle do governo e os normalizaram dentro do intervalo entre 0 e 1, sendo que o valor 1 é atribuído a uma estrutura livre de qualquer distorção criada pelas intervenções do Estado sobre as economias.

As evidências empíricas indicaram que as demais quatro reformas afetaram a produtividade de fatores de modo menos expressivo. Não se pode concluir, entretanto, que mudanças nessas áreas não tiveram impacto algum sobre a produtividade de fatores. O que se pode especular, com base nos resultados econométricos, é que o impacto de certas reformas sobre a produtividade de cada um dos fatores foi parcial. É o caso, por exemplo, da abertura comercial. Pode-se especular que a parcela do investimento afetada pela abertura corresponde àquela que eventualmente se beneficia com o aumento de importações, ou seja, o segmento de máquinas e equipamentos. A construção civil, por ser um setor de bens não-comerciáveis internacionalmente, não deve se beneficiar na mesma magnitude; tampouco se importam de forma significativa materiais de construção. Considerando as estatísticas de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, por exemplo, a parcela da formação bruta de capital fixo destinada à aquisição de máquinas e equipamentos atingiu, em média, 40% no período 1970/90. Assim, um coeficiente reduzido para o índice dessa reforma não rejeitaria de todo a hipótese de capital-efetivo, mas estaria indicando apenas que o efeito não é integral sobre o estoque total do fator.

No que respeita à acumulação de capital, o quadro parece ter sido distinto. As reformas financeira e tributária aparecem como as únicas responsáveis pelo fato de as reformas, em geral, terem afetado positivamente o investimento *per capita*. Até 1995, a taxa média de investimento da região não apresentava expressiva recuperação. Isso significa que o impacto positivo das reformas sobre o investimento *per capita* estaria apenas contrabalançando a diminuição considerável dos investimentos públicos após a crise da dívida.

Ao longo de todo o trabalho, questões outras foram ganhando contorno próprio e acabaram por se constituir em corolários da análise central, merecendo aqui uma breve discussão. A abordagem de dados de painel empregada permitiu avaliar o que pode ser rotulado de “legado” do processo de industrialização por substituição de importações. A inclusão dos efeitos fixos de país, na forma de um conjunto de *dummies* de intercepto, permitiu não só controlar o efeito de variáveis ausentes, mas também captar diferenças significativas de tecnologia entre os países.

Os coeficientes associados às *dummies* de país indicam que Argentina e Uruguai possuíam os maiores níveis de tecnologia (ou conhecimento) em 1970, seguidos por Brasil e México, enquanto as outras economias se encontravam em um patamar inferior. Considerando que esses quatro países já haviam empreendido um processo de industrialização mais vigoroso, é

razoável que eles apresentassem um nível de progresso tecnológico relativamente mais elevado em 1970, momento em que o processo de industrialização por substituição de importações ainda prevalecia e condicionava a evolução econômica da região. Uma vez que, por hipótese, a taxa de variação do conhecimento é constante e igual para todos os países, essas diferenças devem ter persistido ao longo do tempo. Assim, deve-se observar ainda hoje o impacto das decisões que determinaram a evolução da industrialização substitutiva: espera-se que os países que mais investiram nesse processo tenham um nível maior de conhecimento e, tudo o mais constante, de renda *per capita*.

Outro corolário importante da investigação central deste estudo relaciona-se com os efeitos das reformas sobre a distribuição de renda. Como mencionado, o impacto dessas políticas sobre a produtividade do capital físico foi maior do que sobre o trabalho. Em outros termos, a remuneração do capital deve ter aumentado relativamente mais do que a dos demais fatores. A evolução relativa de produtividades – e, portanto, de remunerações – ocasionada pelas reformas pode ter favorecido, em algum grau, a concentração de renda.

Morley (2000) emprega o mesmo conjunto de seis índices de reformas econômicas para avaliar o efeito do crescimento e das reformas sobre a distribuição de renda na América Latina e encontra indícios de que as reformas, em geral, tiveram um efeito regressivo sobre a distribuição, embora ateste ser esse impacto pouco importante em termos estatísticos. O autor especula que a pequena magnitude desse efeito deve-se aos impactos contraditórios das reformas das diversas áreas sobre a equidade. Enquanto a abertura comercial e a reforma tributária parecem ter sido regressivas, há indicações de que a liberalização da conta de capital teve caráter progressivo. A partir dos resultados, não é possível qualificar os efeitos da privatização e da reforma financeira sobre a distribuição.

Ao lado das evidências apresentadas por Morley (2000), as conclusões de um outro trabalho parecem reforçar as implicações, em termos distributivos, dos resultados acerca do impacto das reformas sobre a produtividade parcial de fatores, comentados acima. Behrman, Birdsall e Székely (2000) exploram a relação entre a implementação das reformas econômicas e o diferencial de salários em 18 economias latino-americanas para o período 1980/98 e empregam como medidas das reformas os mesmos índices de Morley, Machado e Pettinato (1999).

Os autores encontram evidências de que o diferencial de salário entre os trabalhadores com educação superior e aqueles com educação primária e

secundária aumentou consideravelmente, particularmente nos anos 90. Em relação aos efeitos das reformas, concluem que, em média, essas medidas tiveram um forte efeito positivo sobre esse diferencial, com tendência declinante ao longo do tempo. Eles também investigam o efeito sobre o nível de salários. Os resultados – preliminares, em suas próprias palavras – sugerem que, na média, as reformas tiveram um impacto positivo sobre o nível salarial, ainda que os autores esperem que tal efeito decline com o tempo. Dessa forma, o estudo indicou que as reformas afetaram tanto o nível (média) como a diferença (variância) dos salários.

Com respeito aos aspectos teóricos do presente estudo, pode-se dizer que o arcabouço de análise utilizado permitiu identificar elementos e discutir aspectos que estão fora do escopo de outros trabalhos sobre o tema. A possibilidade de investigar o efeito sobre a produtividade parcial de fatores é o principal deles. Outro ponto importante diz respeito ao caráter de mudança institucional atribuído às reformas. Os conceitos de direito, apropriabilidade de direitos e discricionariedade parecem ter uma aplicação clara e direta no contexto latino-americano. Como se sabe, a história da região é marcada por diversos eventos em que esses elementos desempenharam papel central. Caracterizar as reformas a partir desse prisma institucional, além de possibilitar o emprego de modelos que relacionam tais elementos com o crescimento econômico, enriqueceu o estudo de seus efeitos, ao sugerir novas hipóteses sobre a influência das reformas.

Referências Bibliográficas

- BEHRMAN, J., BIRDSALL, N., SZÉKELY, M. *Economic reform and wage differentials in Latin America*. Paper and Proceedings, V Annual Meeting. Rio de Janeiro: Latin American and Caribbean Economic Association (Lacea), 2000.
- CAMPOS, N., NUGENT, J. Instituciones y crecimiento – puede el capital humano ser un vínculo? *Revista de la Cepal*, n. 64, abr. 1998.
- COOTER, R., ULEN, T. *Law and economics*. Harper Collins Publishers, 1988.
- EASTERLY, W., LOAYZA, N., MONTIEL, P. *Has Latin America's post-reform growth been disappointing?* Washington, D. C.: World Bank, 1996 (Policy Research Working Papers, 1708).
- FAJNZYLBER, P., LEDERMAN, D. *Economic reforms and total factor productivity growth in Latin America and the Caribbean, 1950-95: an*

- empirical note*. Washington, D. C.: World Bank, 1999 (Policy Research Working Papers, 2114).
- FERNÁNDEZ-ARIAS, E., MONTIEL, W. *Reform and growth in Latin America: all pain, no gain?* Washington, D. C.: Inter-American Development Bank, 1997 (Office of the Chief Economist, Working Paper, 351).
- GARCIA, F., GOLDBAUM, S., VASCONCELLOS, L., REBELO, A. *Instituições e crescimento: a hipótese do capital-efetivo*. Proceedings of XXVII Annual Meeting. Belém: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), dez. 1999.
- HALL, R., JONES, C. Why do some countries produce so much more output per worker than others? *Quarterly Journal of Economics*, v. 114, n. 1, p. 83-116, 1999.
- HIRSCH, W. *Law and economics: an introductory analysis*. San Diego: Academic Press, 1988.
- JONES, C. *Introdução à teoria do crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- LORA, E., BARRERA, F. *A decade of structural reform in Latin America: growth, productivity, and investment are not what they used to be*. Washington, D. C.: Inter-American Development Bank, 1997 (Office of the Chief Economist, Working Paper Green Series, 350).
- MANKIW, N., ROMER, D., WEIL, D. A contribution to the empirics of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, v. 107, p. 407-438, May 1992.
- MORLEY, S. Efectos del crecimiento y las reformas económicas sobre la distribución del ingreso en América Latina. *Revista de la Cepal*, n. 71, ago. 2000.
- MORLEY, S., MACHADO, R., PETTINATO, S. *Indexes of structural reforms in Latin America*. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 1999 (Serie Reformas Económicas, 12).
- PIEDRAHITA, A. Crecimiento económico en la América Latina: estudio basado en el modelo neoclásico. *El Trimestre Económico*, v. 65, n. 3, jul.-set. 1998.
- TEMPLE, J. The new growth evidence. *Journal of Economic Literature*, v. 37, p. 112-156, Mar. 1999.

